



Votação do projeto da LDO 2013 ainda aguarda fim de impasse

Enquanto líderes tentam acordo, reuniões estão marcadas na Comissão de Orçamento e no Plenário para apreciar a Lei de Diretrizes Orçamentárias

O Congresso pode não entrar em recesso amanhã por falta de acordo para a votação do parecer final do projeto da LDO de 2013. Há divergências quanto à liberação de recursos para empenho de emendas parlamentares e de restos a pagar referentes a orçamentos anteriores. A

oposição também reclama de dispositivo que permite a execução de obras do PAC mesmo sem a sanção da lei orçamentária até 31 de dezembro. Ainda assim, foram convocadas reuniões da CMO para hoje às 10h, 14h30 e 19h. O Congresso tem sessão prevista para as 11h. **3**

Lei do 13º Salário chega aos 50 anos

Em 13 de julho de 1962, o presidente João Goulart assinou a lei que tornou obrigatório o 13º salário. Na época, empresários e economistas previam que o setor produtivo iria à falência e que a inflação dispararia. Nada disso se confirmou. No ano passado, o 13º injetou pelo menos R\$ 118 bilhões na economia. **4**

Trabalhadores protestam nas ruas de São Paulo em 1962: para que 13º virasse lei, foram necessárias várias greves



Alvaro questiona razão de eventual reconvocação de Marconi por CPI

Líder do PSDB diz temer tentativa de impedir avanço das investigações. **2**



Simon defende o poder de investigação dos procuradores

Para ele, limitar direitos do Ministério Público dificultará a apuração de crimes. **2**



Conscientização do eleitor deve ser permanente, diz Mozarildo

Parlamentar afirma que as campanhas não deveriam ser feitas só no ano eleitoral. **2**



Capiberibe quer integrar questão ambiental à defesa nacional

O meio ambiente deverá ser causa de guerras no futuro, acredita senador. **3**



Para Ana Amélia, Senado teve um semestre de muito trabalho

Senadora destaca sua atuação em setores como a agropecuária e a educação. **3**



Ângela pede atenção ao uso de psicofármacos por crianças

Crescente prescrição de remédios por razões não médicas preocupa senadora. **3**

Líder do PSDB diz temer que um novo depoimento do governador de Goiás à CPI do Cachoeira tenha como real objetivo impedir o avanço das investigações em questões como fraudes em licitações de obras

Alvaro questiona eventual reconvocação de Marconi

O PSDB NÃO vai se opor a uma eventual reconvocação do governador de Goiás, Marconi Perillo, para depor na CPI do Cachoeira, segundo o líder do partido, Alvaro Dias (PR). O senador questionou se a iniciativa não serviria apenas para a repetição do depoimento do mês passado, “ganhando tempo para poupar outros”, já que a comissão até agora só ouviu 8% das pessoas previstas.

— A convocação não nos faria deixar de avançar nas investigações que dizem respeito ao superfaturamento de obras, aos aditivos ilegais, ao pagamento de propina, ao tráfico de influência, ao desvio de bilhões de reais dos cofres da União? — questionou.

A nova convocação de Perillo pode acontecer em virtude de denúncias publicadas na revista *Época* desta semana de que o governador, logo após ter sido eleito, teria fechado um acordo com a construtora Delta — intermediado pelo contraventor Carlinhos Cachoeira — segundo o qual a empresa



José Cruz/Agência Senado

Alvaro também critica o processo de privatização de três aeroportos

faria pagamentos a Perillo para receber em dia os recursos do governo de Goiás devidos a ela. Além disso, gravações da Polícia Federal mostram que Perillo teria vendido sua casa a Cachoeira, que teria sido repassada a um empresário para esconder a relação entre Perillo, a Delta e Cachoeira.

Segundo a PF, Perillo só liberou pagamentos do governo à Delta após Cachoeira pagar a última prestação da casa.

Em nota, o governo de Goiás classificou a denúncia de “infame e desleal”, pois os pagamen-

tos mencionados “referem-se a um contrato de locação de veículos, firmado pelo governo anterior, e são feitos de forma continuada”.

Em seu primeiro depoimento, Perillo negou envolvimento com o esquema de Cachoeira, o que voltou a fazer na nota. Mesmo assim, o deputado Rubens Bueno (PR) defende que ele volte à comissão. Já o relator da CPI, Odair Cunha (PT-MG), considerou que, antes de chamá-lo, os parlamentares devem aprofundar a investigação.

Memorial

Alvaro também comentou a inauguração do Memorial 17 de Julho, em São Paulo, em homenagem às 199 vítimas do acidente com avião da TAM em Congonhas, há cinco anos. Ele criticou o recente processo de privatização de aeroportos.

— Uma privatização sob suspeição, sem transparência, beneficiando empresas que não podem ser consideradas as mais habilitadas — disse.

Pedro Simon defende poder de investigação a procuradores

Waldemir Barreto/Agência Senado



Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou a posição de parlamentares e entidades de classe que pretendem limitar ou impedir o poder de investigação do Ministério Público (MP), o que, para ele, dificultará a apuração de crimes.

Simon comentou o julgamento de recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o assunto.

— Muita coisa deve ser mudada, mas não extinguir o direito da promotoria de abrir inquérito. Eu confio no Supremo, apesar dos dois primeiros votos, surpreendentemente a favor dos policiais, contra os procuradores — disse.

Ele também criticou projeto em tramitação na Câmara que torna a investigação criminal atribuição privativa da polícia (PEC 37/11).

— Por que tirar do promotor o direito de investigar? Hoje tem o delegado e tem o promotor. Um fiscaliza o outro — declarou.

Mozarildo pede campanhas de conscientização do eleitor

Iniciativas permanentes de conscientização dos eleitores foram defendidas por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Para o senador, instituições como igrejas, sindicatos e tribunais eleitorais têm um papel relevante no esclarecimento do eleitorado sobre o valor do voto, “muito mais importante do que a troca por um favor”.

— As campanhas não deveriam ser feitas só no ano eleitoral. O descrédito da população na política e a sensação de que os candidatos são todos iguais geram prejuízos — disse.

Mozarildo citou avanços no processo eleitoral, como a Lei da Ficha Limpa e a proibição dos “showmícios”, mas disse que o maior fiscal é o eleitor, e que este deve, antes de votar, procurar saber da biografia do candidato, das atividades que exerce e da sua capacidade para defender os interesses da coletividade.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Vital do Rêgo faz amanhã balanço de atividades da CPI do Cachoeira

O presidente da comissão parlamentar de inquérito mista que investiga as relações de Carlinhos Cachoeira com agentes públicos e privados, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), convocou uma entrevista coletiva para as 12h de amanhã. O objetivo é apresentar um balanço das atividades da comissão desde sua instalação, em 25 de abril.

A CPI não vai interromper suas atividades. Até agosto, os integrantes irão intensificar a análise dos documentos recebidos. Vital disse ainda que haverá treinamento de assessores para o acesso aos dados sigilosos originários das quebras dos sigilos bancário e telefônico. Enquanto isso, a secretaria da comissão continuará recebendo normalmente as informações

solicitadas a órgãos públicos e instituições privadas.

Na última reunião administrativa, em 5 de julho, foram aprovados requerimentos para a convocação do ex-presidente da Delta Fernando Cavendish; do ex-diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) Luiz Antônio Pagot; do empresário Adir Assad; da ex-mulher de Cachoeira, Andréa Aprígio; do engenheiro Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto, ex-diretor da Dersa; e do prefeito de Palmas, Raul Filho (PT), que foi ouvido no último dia 10.

Se não houver prorrogação, a data limite para o encerramento da CPI é 4 de novembro. Já está agendada uma nova reunião administrativa para 2 de agosto.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Cotas em universidades e escolas técnicas públicas

14h Na pauta de votações da sessão deliberativa, três projetos sobre cotas para ingresso de alunos nas universidades e instituições de ensino técnico federais e estaduais públicas.

CONGRESSO: Sessão conjunta para analisar projetos de lei apreciados pela CMO

11h Continuação da sessão conjunta do Congresso, iniciada na última quarta-feira, para leitura e apreciação de expedientes e deliberação de projetos de lei com pareceres da Comissão Mista de Orçamento.

PRESIDÊNCIA: Ordem do dia

16h O senador José Sarney preside a ordem do dia da sessão plenária.

CAE: Créditos externos para RJ e PB

10h A Comissão de Assuntos Econômicos analisa duas mensagens solicitando autorização para operação de crédito externo para a Paraíba e o Rio de Janeiro, com aval da União.

CMO: LDO 2013

10h/14h30/19h Reunião da Comissão Mista de Orçamento em que poderá ser votado o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da **Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Ana Amélia relata sua atuação em áreas como saúde e agropecuária

Ana Amélia: primeiro semestre do Senado foi bastante ativo

Ana Amélia (PP-RS) classificou o primeiro semestre deste ano no Senado como ativo, com muito trabalho, muitas deliberações e um momento dramático e triste: a cassação de Demóstenes Torres.

A senadora afirmou que o Plenário fez um julgamento político do caso de Demóstenes, “sem se transformar em um tribunal nem em um libelo acusatório”. Como resultado, ela destacou a aprovação da proposta que determina votação aberta em casos de cassação de mandato (PEC 50/06).

Em relação à sua atuação, Ana Amélia destacou reuniões com o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, nas quais foi discutido o Plano Safra da Agricultura Familiar. Ela cobrou a renegociação das dívidas antigas dos produtores. Outra ação para o setor, disse, foi o debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) sobre a criação de um amplo seguro agrícola. Ela lembrou ter sido relatora do PLS 732/11, aprovado pela CRA, dispensando produtores rurais de apresentar certidões que comprovem a quitação de tributos e contribuições como requisito para obtenção de crédito junto a bancos oficiais. Ana Amélia relatou ainda estar negociando apoio à suinocultura, que enfrenta crise.

A senadora destacou ainda ter requerido a audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) que discutiu acidentes com motociclistas. Ela anunciou, para setembro, um seminário sobre o tema. Na área da saúde, Ana Amélia citou o PLS 352/11, de sua autoria, aprovado pelo Senado e em tramitação na Câmara, que determina a cobertura do tratamento de câncer em domicílio pelos planos de saúde. Ela é autora do PLS 241/11, aprovado na CAS, que dá às vítimas do câncer de mama o direito de adquirir, sem cobrança de IPI, carro adaptado. Na Comissão de Educação (CE), a senadora destacou sua relatoria da Lei Geral da Copa e seu trabalho pela qualidade dos livros didáticos.

Outra proposta de Ana Amélia é o PLS 25/12, que limita em 25% o aumento do valor inicial dos contratos públicos de obras, serviços e compras.

Mesmo sem acerto entre líderes da base do governo e da oposição, estão marcadas reuniões na Comissão Mista de Orçamento e no Plenário para apreciar Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013

Líderes ainda tentam acordo para votar LDO

O PRESIDENTE DA Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Paulo Pimenta (PT-RS), marcou três reuniões do colegiado para hoje (às 10h, 14h30 e 19h) na expectativa de um acordo entre governo e oposição para aprovar o parecer final à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2013, o que não havia acontecido até a noite de ontem. Também está marcada para as 11h sessão conjunta do Congresso Nacional para a mesma finalidade.

O Congresso poderá não entrar oficialmente em recesso por falta de entendimento. Como o recesso é previsto para o período de 18 a 31 de julho, hoje é o prazo final para votação na Comissão Mista de Orçamento (CMO) e no Plenário. A Constituição vincula o início do recesso à votação da LDO. O parecer final, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), aguarda votação na CMO há mais de uma semana. Paulo Pimenta estava pessimista quanto ao possível acordo e considerou mais provável que a votação aconteça apenas em agosto.

Há divergências quanto à liberação de recursos para empenho de emendas parlamentares, além de restos a pagar referentes a orçamentos anteriores. A oposição também reclama de dispositivo mantido pelo relator que permite

a execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) mesmo sem a sanção presidencial da lei orçamentária até 31 de dezembro. O PAC terá recursos de R\$ 45,2 bilhões em 2013.

Nos seis primeiros dias de julho, o governo empenhou R\$ 823,7 milhões (sendo R\$ 402,2 milhões só no dia 6, prazo final imposto pela legislação eleitoral), valor maior que o empenhado em todo o mês de junho (R\$ 789,8 milhões).

Brasil Maior

Ontem, a Câmara deu início à votação das medidas provisórias (MPs 563/12 e 564/12) referentes ao Plano Brasil Maior, prioridades para o Executivo segundo o vice-líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE). As MPs

perdem a validade em 1º de agosto caso não haja recesso.

Guimarães afirmou que, para o governo, não haverá perdas se a LDO não for apreciada.

— Ela pode ser votada até dezembro — afirmou.

A MP 563 — aprovada ontem, ressalvados destaques que começaram a ser analisados logo em seguida — estabelece regimes fiscais diferenciados e desonera produtos e a folha de pagamentos de setores como hoteleiro, de móveis, de autopeças, naval, aéreo, de *call centers*, de circuitos integrados, de transportes de carga e de passageiros, fabricantes de brinquedos e fornecedores de pedras. Já a MP 564 injeta R\$ 45 bilhões da União no BNDES para ampliar sua oferta de crédito.



Plenário da Câmara aprovou ontem a primeira MP do Plano Brasil Maior

Capiberibe: integração entre defesa e ecologia

As mudanças climáticas e a proteção ao meio ambiente devem estar na pauta das Forças Armadas, defendeu João Capiberibe (PSB-AP).

— É fundamental integrar as questões ecológicas e ambientais à nossa estratégia de defesa e de segurança nacional — disse.

Segundo o senador, os franceses constataram que, há mais de 15 anos, especialistas do Pentágono (forças armadas dos Estados Unidos) imaginam as guerras com fortes componentes ambientais e ecológicos. As autoridades militares norte-americanas, disse Capiberibe, anteveem o crescimento de conflitos com causas como refugiados climáticos, disputa por acesso a recursos naturais e energéticos (água, alimentos, petróleo) e degradação de biomas e ecossistemas.

— O desmatamento da Amazônia irá provocar, certamente, mudanças climáticas nos Estados Unidos. O governo de lá irá ficar de braços cruzados? — questionou.



Senador acredita que as guerras do futuro podem ter meio ambiente como causa principal

Ângela quer cuidado no uso de psicofármacos

Projeto apresentado por Ângela Portela (PT-RR) visa restringir a prescrição de psicofármacos a crianças e adolescentes apenas aos casos de comprovada necessidade, segundo protocolos clínico-terapêuticos aprovados pelo Ministério da Saúde ou por entidade designada pela pasta.

O PLS 247/12 modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente para proibir a medicalização psicofarmacológica “indiscriminada, inadequada, desnecessária ou excessiva”. A senadora disse que interesses econômicos de laboratórios farmacêuticos reforçam a tendência dos profissionais de saúde e de educação de tratar problemas não médicos (como de aprendizagem ou de comportamento) como biológicos, com causa e solução médica.

— Temos de discutir isso desde a política educacional até as instituições, passando pela sociedade que estamos construindo, cada vez mais produtivista, mercadológica e competitiva — avaliou.



Crescente prescrição de medicamentos a crianças devido a razões não médicas preocupa Ângela



Rollemberg anuncia a adoção, pela Casa, de calendário anual de debates

Rollemberg elogia o Fórum Senado Brasil sobre democracia

O Fórum Senado Brasil 2012, que debateu a democracia em suas diversas expressões e desafios da contemporaneidade em dez dias de palestras no Interlegis, foi elogiado por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que cumprimentou o presidente do Senado, José Sarney, pela iniciativa do evento. Para ele, os debates foram valiosos para a qualificar o trabalho parlamentar e aproximar a sociedade do Legislativo.

— O fórum foi um pontapé para a reflexão sob o imediatismo das análises conjunturais. Reflexão absolutamente necessária em tempos de crise da política brasileira, normalmente analisada sob os factóides de CPIs e escândalos — afirmou.

Rollemberg anunciou que o Senado adotará um calendário anual de debates sobre grandes temas, como desafios das democracias, crises financeiras, cultura e tecnologia.

Empréstimos externos para Rio de Janeiro e Paraíba

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar hoje duas autorizações para contratação de operações de crédito externo. Os empréstimos, destinados ao Rio de Janeiro e à Paraíba, são voltados a obras de infraestrutura e ao desenvolvimento econômico da área rural.

A operação autorizada entre o Rio de Janeiro e a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor total de até US\$ 100 milhões, tem o objetivo de financiar parcialmente o Programa Emergencial Rodoviário da Região Serrana, para recuperação da malha viária e da estrutura urbana dos municípios da região, atingida por fortes chuvas em 2011.

Já a operação de crédito entre a Paraíba e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) tem valor previsto de até US\$ 25 milhões. Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri e Seridó, na região do semiárido da Paraíba. A contrapartida do estado é de US\$ 12,1 milhões.

13º vence previsão negativa e faz 50 anos

Para que o projeto da gratificação natalina obrigatória se transformasse em lei, em julho de 1962, sindicalistas tiveram de fazer protestos e greves e vencer pressão de empresários

Ricardo Westin

SE FIM DE ano é sinônimo de dinheiro extra no bolso, os créditos precisam ser dados a uma lei que chegou aos 50 anos na sexta-feira passada. Em 13 de julho de 1962, o presidente João Goulart assinava a criação do 13º salário.

No artigo primeiro, a lei prevê: “No mês de dezembro de cada ano, a todo empregado será paga, pelo empregador, uma gratificação salarial, independentemente da remuneração a que fizer jus”.

Também chamado de gratificação de Natal, o 13º é uma das conquistas históricas dos brasileiros no campo trabalhista, comparável ao salário mínimo, às férias remuneradas e ao FGTS.

Até então, o bônus natalino era um presente que algumas empresas davam, por iniciativa própria, aos funcionários. Muitas vezes, o valor era inferior ao do salário mensal.

O autor do projeto de lei do 13º obrigatório foi o deputado federal Aarão Steinbruch, um advogado que antes de ingressar na política havia sido consultor de sindicatos.

Avanços trabalhistas, porém, não se alcançam pacificamente. No início dos anos 1950, uma proposta parecida havia chegado à Câmara mas

foi logo derrubada.

Semanas antes da aprovação do texto de Steinbruch, em abril de 1962, o jornal *O Globo* publicou uma reportagem em que patrões e economistas previam que o 13º sobrecarregaria as empresas e pressionaria a inflação. O título: “Considerado desastroso para o país o 13º mês de salário”.

Para forçar a aprovação do projeto, sindicatos de trabalhadores organizaram abaixo-assinados, passeatas, piquetes e greves. Representantes viajaram à recém-inaugurada Brasília para tentar convencer deputados, senadores e o ministro do Trabalho. Nos protestos, houve presos.

Mercado aquecido

Cinco décadas passaram, e os temores catastrofistas jamais se confirmaram. Não há notícia de empresa que tenha ido à ruína por causa do 13º.

O procurador José de Lima Ramos Pereira, responsável no Ministério Público do Trabalho pelo departamento que combate fraudes trabalhistas, explica que o 13º não é um dispêndio extra para os patrões:

— O empresário não tira do próprio bolso o dinheiro das horas extras, das férias ou do 13º. Inclui esses custos em seu produto ou serviço, repassa para o consumidor final. O 13º



Em 14 de julho de 1962, a *Folha de S. Paulo* estampou na primeira página a notícia de que João Goulart sancionara o 13º

não é caridade do empresário.

Pelas regras atuais, o salário extra precisa cair na conta bancária em duas parcelas. A primeira metade, entre fevereiro e novembro. A segunda, em dezembro, até o dia 20.

O que se deu foi justamente o inverso daquelas previsões pessimistas. O salário extra tem se mostrado altamente benéfico para a economia.

Em 2011, pelas estimativas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), só a segunda parcela do 13º injetou R\$ 118 bilhões no mercado — 3% do produto interno bruto (PIB). O estudo não contabilizou o adiantamento.

Para o governo, é dinheiro que aquece o mercado, eleva a arrecadação de impostos e, no atual contexto, ajuda a proteger o país da crise internacional. Para o comércio e a indústria, é motivo de festa.

Com a gratificação natalina, as famílias pagam as despesas típicas de início de ano — IPTU, seguro do carro, IPVA, material escolar —, quitam dívidas e, naturalmente, compram os presentes de Natal.

No ano passado, 78 milhões de brasileiros receberam o 13º.

Fazem parte desse grupo todos os aposentados, pensionistas e trabalhadores do mercado formal — incluindo domésticos, rurais, temporários e avulsos.

Projetos de lei

O Senado estuda projetos que tratam do 13º. Um deles, do ex-senador Sérgio Zambiasi, eleva o valor que o patrão deposita na conta do funcionário. A proposta (PLS 685/07) livra o salário extra do desconto do Imposto de Renda e da contribuição previdenciária.

Em outra direção, dois projetos determinam que os brasileiros que recebem do governo o benefício de prestação continuada (BCP) façam jus a uma 13ª parcela.

No valor de um salário mínimo, o BCP é pago aos deficientes e idosos pobres que não podem ser sustentados por si sós nem por suas famílias. Divide-se em 12 parcelas.

O primeiro projeto (PLS 165/10) é do ex-senador Mão Santa. O segundo (PLS 79/11), do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

“Diferentemente dos trabalhadores, que atravessam essa época [o fim de ano] com

alguma tranquilidade, devido à conquista da gratificação natalina, os beneficiários da Assistência Social vivem seu pior momento, diante do acúmulo de dívidas e ansiedade”, argumenta Mão Santa.

Problemas envolvendo o 13º salário são relativamente comuns, segundo o Ministério Público do Trabalho. Há empresas que não dividem o valor em duas parcelas, que pagam o valor errado (ignorando horas extras habituais e adicional de insalubridade, por exemplo) e que simplesmente não depositam o salário extra.

Os prejudicados devem buscar, primeiro, o departamento de recursos humanos da empresa; depois, o sindicato; e, por fim, o Ministério do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho.

Dinheiro extra no mercado

Valores injetados pelo 13º na economia brasileira (em bilhões de reais)*



* apenas a segunda parcela do 13º, excluído o adiantamento

Fonte: Dieese

Saiba mais

As atuais regras do 13º

<http://bit.ly/regras13salario>

Tese da USP narra a conquista

<http://bit.ly/reinvencaoTrabalhismo>

Veja as edições anteriores do *Especial Cidadania* em www.senado.gov.br/jornal

Patrões viam abono de Natal como gorjeta, diz ex-metalúrgico de 83 anos

O **Jornal do Senado** localizou em São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo, um ex-metalúrgico que participou das grandes passeatas nos anos 1950 e 1960 pela obrigatoriedade do 13º salário.

Hoje com 83 anos, Miguel Terribas Rodrigues trabalhou de 1943 a 1985 na siderúrgica Aliperti, na capital paulista. Foi seu primeiro e único emprego. Entrou aprendiz, numa época em que os salários eram semanais, e saiu aposentado.

Por telefone, ele concedeu

ontem a seguinte entrevista:

Antes da lei do 13º, como era o fim de ano na siderúrgica em que o senhor trabalhava?

O abono de Natal dependia do humor da chefia. Alguns chefes não davam nada. Outros até davam alguma coisa, por livre e espontânea vontade, mas costumava ser muito pouco. Os patrões entendiam que o abono de Natal era uma gorjeta — não era obrigatória e era no valor que mais lhes fosse conveniente. Foi nas assembleias do Sindicato dos

Metalúrgicos de São Paulo que surgiu a ideia de incluir o abono de Natal na pauta de reivindicações dos trabalhadores. Assim, toda vez que pressionávamos os patrões por aumento de salário, pedíamos também o abono. Mais tarde, passamos a lutar para que o abono de Natal se tornasse lei, direito. Participei de passeatas no bairro da Liberdade, onde ficava a sede do sindicato, na Praça da Sé e na Avenida Paulista.

O que mudou quando o 13º se tornou obrigatório?

Foi ótimo para os trabalhadores. Hoje, quem não conta os dias para receber o abono de Natal? Porém, como naquela época era novidade e não estávamos acostumados a tanto dinheiro, muitos companheiros não souberam aproveitar. Gastavam tudo de uma vez, desperdiçavam. Mas eu não. Eu soube tirar proveito. É claro que com o abono de Natal eu também tomava uma cervejinha e comprava o presente de Natal das crianças, mas não jogava fora. Guardava a maior parte, economizava. Com ele,

comprei um terreno e construí minha casa humilde. Agora que estou velho e não posso trabalhar, vejo que foi importante ter usado bem os abonos de Natal.

O que o senhor sente quando lembra que participou de passeatas históricas pelo 13º?

Aquelas passeatas mostram a força dos metalúrgicos. Nós sempre dávamos o primeiro passo, e as demais categorias nos acompanhavam depois. Eu me sinto muito satisfeito de ter participado disso tudo, muito orgulhoso.